

**VOZES DO ABISSAL NO CIBERESPAÇO:**

**UM ESTUDO SOBRE A REDE SOCIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA DE SANTA TEREZINHA/RN[[1]](#footnote-2)**

**Francisco José da Silva Rocha Filho[[2]](#footnote-3), Gilmar Santana[[3]](#footnote-4);**

**Resumo**

Buscamos investigar por quais motivos os membros da comunidade indígena de Santa Terezinha[[4]](#footnote-5) criaram uma página no *Facebook*[[5]](#footnote-6)*,* como foi a escolha do administrador da página e como ele tem utilizado o espaço para referenciar o grupo. Para responder a essas inquietações realizamos apuração de dados com o gerenciador para entender as escolhas que tem feito com o intuito de referenciar o grupo no meio virtual. Metodologicamente, realizamos análise de conteúdo na rede social e fizemos entrevista em formato semi-aberto com o moderador, além de trazermos dados coletados durante estudo etnográfico em Santa Terezinha. Boaventura de Sousa Santos, norteia nosso entendimento sobre o lugar que os indígenas ocupam no contexto social, o abissal. Neste sentido faremos uma discussão de como observamos nossa empiria e o que diz o conceito.

**INTRODUÇÃO**

A inserção da mídia na textura geral da experiência (SILVERSTONE, 2011) tem motivado diversos pesquisadores a estudarem a ubiquidade midiática por diversos prismas. A imersão dos sujeitos na ambiência virtual levou Sodré (2009) a constatar a constituição do bios virtual. Neste trabalho, buscamos investigar quais os motivos que levaram os membros da comunidade indígena de Santa Terezinha a criarem uma página no *Facebook,* como foi a escolha do administrador da página e como ele tem utilizado a plataforma para referenciar o grupo. Para isso, fizemos apuração com o gerenciador da página buscando entender as escolhas que têm feito para referenciar o grupo no meio virtual.

As reflexões trazidas neste trabalho compõem, em parte, as inquietações que estão sendo trabalhadas junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo mestrando Francisco Rocha sob orientação do professor doutor Gilmar Santana. Na dissertação, trazemos como eixo central o desenvolvimento da etnografia da comunicação indígena do povo Mendonça Potiguara.

Samuel Mateus (2015) reflete sobre o método etnográfico quando focaliza os processo comunicativos. O autor analisa o uso da ferramenta como consolidado nas ciências da comunicação e nas ciências sociais. Além de indicar o que se observa quando se pretende utilizar o recurso etnográfico buscando focalizar a comunicação. Observemos o que diz o autor:

O Método Etnográfico em Comunicação consiste, antes de mais, num estudo monográfico escrito por alguém que dedicou uma parte considerável do seu tempo a observar (de forma participante), descrever, anotar e examinar um objecto de estudo empírico ou comunidade comunicativa (seja a redacção de um jornal, seja a comunicação efémera que se estabelece entre dois transeuntes, seja uma interacção discursiva entre um vendedor e um comprador). Foca-se nos atributos diferenciadores dessa comunidade comunicativa enfatizando a sua especificidade cultural ao mesmo tempo que sublinha os processos de construção e de partilha social do sentido (as suas premissas, as suas “formas de vida”, as suas “regras imperceptíveis”, os seus códigos). (S. MATEUS, 2015, p. 85).

O etnógrafo da comunicação pode ainda observar como se forma o padrão comunicativo cultural do grupo pesquisado e, se necessário, realiza estudos comparativos com outras comunidades comunicativas. Ainda para Samuel Mateus (2015) não busca-se a variedade de processos comunicativos no campo estudado, mas procura-se explicar e compreender o processo à luz da cultura onde a atividade comunicativa se insere. Apontamos esse trecho do método, tendo em vista que parte dos resultados obtidos advém desse estudo.

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português, norteia nosso entendimento sobre o lugar que os indígenas ocupam no contexto social, a partir do conceito que formulou acerca do termo abissal, como espaço social. Para Boaventura (2009), nele, a sociedade promove invisibilidades quando relega o entendimento sobre o outro como irrelevante. Ainda segundo o autor, os indígenas são habitantes desse espaço de invisibilidade, ao passo que sofrem ou já sofreram opressão pelas forças dominantes como, por exemplo, o colonialismo, a globalização e outras forças de supressão dessas comunidades.

Para lograrmos êxito em relação ao que objetivamos neste trabalho, realizamos análise de conteúdo na rede social e fizemos entrevista em formato semi-aberto com o moderador da página. Na análise irão aparecer dados quantitativos e dados qualitativos. A possibilidade de trabalhar de forma híbrida com a análise de conteúdo é orientada por Fonseca Júnior (2011). O autor ao fazer contextualização do método apresenta as principais tendências atuais em análise de conteúdo e alerta para essa ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais.

Realizamos a análise de conteúdo como primeiro passo do trabalho de investigação. Dúvidas foram suscitadas e, por isso, como complemento metodológico realizamos a técnica da entrevista semi-aberta, que segundo Duarte (2011, p. 66) o pesquisador deverá elaborar “um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”.

Em nosso roteiro apontamos as principais questões que colocamos como problemáticas do trabalho e acreditamos ter obtido êxito na investigação, tendo em vista que obtivemos respostas para os questionamentos e novas inquietações foram suscitadas, que resultará em novos trabalhos e novas imersões em campo.

**O abissal, as Epistemologias do Sul e a imersão do povo Mendonça no Ciberespaço**

Nesta etapa do trabalho buscamos discutir conceitos advindos da teoria do professor Boaventura de Sousa Santos, o Abissal e as Epistemologias do Sul. Primeiramente, faremos o apontamento dos conceitos para em seguida atrelar a discussão com o fenômeno que estamos trabalhando.

Avaliamos e encontramos um frutífero diálogo entre os conceitos do autor português e as práticas do povo Mendonça, mais precisamente da comunidade indígena Santa Terezinha, que adentraram ao ciberespaço e encontram nessa ferramenta formas de comunicar e resistir. Entendemos que esse fato é um mecanismo de resistência e abordaremos de maneira mais aprofundada quando estivermos debatendo sobre as Epistemologias do Sul.

Determinados grupos são relegados ao contexto das invisibilidades pela dinâmica social hegemônica. Sucintamente, essa é a base que norteia a concepção do pensamento abissal apresentado por Boaventura. Vejamos o que diz o pesquisador português:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna‑se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2009, p. 23)

Corroboramos com Santos (2009) quando diz que os indígenas pertencem ao “outro lado da linha”, ou seja, ao campo da irrelevância. Tudo aquilo que foi e é produzido pelos indígenas é relegado e/ou entendido como mito e sem valor.

Entender que grupos estão sendo produzidos como inexistentes é importante para a compreensão do pensamento abissal. Observar a utilização de redes sociais por povos originários a partir da teoria do pensamento abissal significa encontrar formas de resistência destes grupos. Esta perspectiva de resistência dialoga com as Epistemologias do Sul, que segundo Santos e Meneses (2009):

(...) Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes. (SANTOS; MENESES, 2009. p. 11).

Forças dominantes do capitalismo, da globalização e outros processos que se desenvolveram como, por exemplo, o colonialismo gerou e gera a supressão de alguns grupos os quais nos referimos como marginalizados em relação a grupos que caminham concomitantemente as forças de dominação e os indígenas, no Brasil, são suprimidos até hoje por esses fenômenos.

No entanto, há resistência. Os indígenas são exemplo de que mesmo com esse conjunto de fenômenos que suprime a sua existência há uma articulação para eles se mantenham ativos na sociedade.

Neste sentido, visualizamos que esses grupos suprimidos quando dotados de aparelhos tecnológicos têm obtido acesso ao mundo digital, para se informar, se autorreferenciar através das redes sociais, para manifestar suas inquietações políticas e sociais, para entretenimento e outros usos diversos.

Conjecturamos que um dos processos que facilita a aproximação destes grupos ao ciberespaço é o da globalização. Muito embora, observemos este fenômeno de maneira crítica, ao modo como Sodré (2009), por exemplo, quando avalia como uma tendência a uniformização, mas que ocorre de maneira regional. Ou seja, os investimentos dão conta apenas de determinadas regiões do mundo.

A mídia tradicional relega esses grupos quando, geralmente, não os colocam como pauta dentro produção jornalística informacional; quando referencia os grupos de maneira estereotipada e errônea; dentre outras formas de desserviço. Grupos marginalizados têm encontrado na ambiência virtual a possibilidade de emitirem suas vozes. Nesse sentido, a mídia se apresenta como uma ferramenta contra hegemônica e de promoção de visibilidade. Sodré (2009) reconhece esse caráter horizontal da Internet no tocante à valorização da voz do outro no espaço virtual:

Ao mesmo tempo, a mídia é também levada a encenar uma nova *doxa* (no antigo duplo significado de “opinião” e “celebridade”), a partir da qual se fala e se reconhece o valor social do outro. Com a Internet, mais do que encenação, há uma verdadeira virtualização do mundo, com possibilidades de caos e acaso. (SODRÉ, 2009. p. 51).

Grupos têm se articulado para difusão de seus ideais, pensamentos e reivindicações, no mundo virtual. Inclusive, as mídias estão sendo utilizadas por esses sujeitos ativos para efetivar cobranças as autoridades políticas, para se mostrarem presentes no mundo virtual a partir do momento em que propagam nas mídias digitais suas vivências – caracterizando múltiplas funções da mídia.

Quando pensamos nos conceitos abordados e trazemos para o debate a realidade da comunidade de Santa Terezinha ao ciberespaço percebemos que não há mutação nas teses apresentadas. Conseguimos visualizar que a comunidade pertence ao “outro lado da linha”, ou seja, ao abissal, e entendemos pela forma de resistência que se enquadram na tese das Epistemologias do Sul.

Nos debruçamos sobre o conceito do abissal e visualizamos a imagem de um círculo, representando a realidade social, com uma linha radical dividindo os dois mundos – fundamentando a concepção: “deste lado da linha” e “o outro lado da linha”, Vejamos:

**Figura 1.** Representação do conceito do pensamento abissal a partir da obra de Boaventura de Sousa Santos



Fonte: produzida pelos autores

Corroboramos a tese de Santos (2009) e acreditamos na distinção de haver a linha radical que divide os dois universos. A linha radical é imaginária e já sofreu abalos sísmicos ao longo da história, como explicita o Boaventura. Assim, é possível que o habitante “do outro lado da linha” visite o espaço da visibilidade e relevância. Isso não quer dizer que o habitante do abissal deixe de pertencer ao campo da invisibilidade e repressão.

O que observamos de novo neste esquema é de que ao visitar o espaço “deste lado da linha” os indígenas estão provocando rupturas na linha radical. Por enquanto, observamos que apenas as vozes dos sujeitos estão ultrapassando a linha e acreditamos que o ciberespaço é um importante mecanismo de ruptura, tendo em vista a amplitude do alcance das redes sociais. No entanto, não é a única forma de ação que provoca essas rupturas.

Percebemos durante trabalho etnográfico desenvolvido em visitas às comunidades indígenas e acompanhá-los durante eventos que as fissuras na linha radical são cada vez mais aparentes e estamos em processo de mapear e categorizar essas fissuras. Onde as vozes dos sujeitos, sejam lideranças do movimento ou membros das comunidade, estiverem buscaremos investigar se o ato faz parte de um processo de um desgaste na linha.

Observaremos na figura dois como estamos observando as fissuras. Adicionamos mais de uma fissura, porque entendemos que há variadas formas delas serem ocasionadas. É importante salientar que para superação do pensamento abissal Santos (2009, p. 45) indica o caminha e objetivamente diz que: “a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a co-presença radi­cal. A co‑presença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários”. As rupturas na linha não significa romper com o abissal, mas representam possivelmente formas de resistência nessa lógica de supressão.

**Figura 2.** Representação do pensamento abissal agora pensado a partir das fissuras na linha radical



Fonte: produzida pelos autores

Ao adentrarem o ciberespaço para se autorreferenciar, para se engajar e lutar por seus direitos os indígenas provocam modificações na linha, que faz com que suas vozes sejam disseminadas na realidade social; observamos, ainda, que em audiências públicas com autoridades os Mendonças agem na formulação de mais uma fissura; ao protestarem nos espaços públicos para denunciarem as formas de opressão outra ruptura se abre; e, assim, as vozes vão ocupando diferentes espaços. O mapeamento das modificações ocasionadas nessa linha é de nosso interesse e está sendo trabalhado.

Este tópico elucida como observamos a ação dos indígenas na realidade social e o que essa ação provoca. Embasamos nossa reflexão a partir de conceitos do sociólogo português Boaventura, tendo em vista que sua teoria auxilia nossa imersão em campo e nos indica novas inquietações a partir do confronto entre os dados coletados por meio de estudo etnográfico e sua teoria. Buscar entender e problematizar as fissuras no abissal significa entender as estratégias de resistência e ativismo dos povos indígenas. Isso, poderá elucidar como a comunicação está sendo utilizada pelos povos originários.

**A comunidade indígena de Santa Terezinha e o bios virtual**

O povo Mendonça situado no estado do Rio Grande do Norte, segundo relata Galhardo (2007) está divido entre três comunidades vizinhas: a comunidade de Santa Terezinha, o Amarelão e o Serrote de São Bento. Há presença de povo Mendonça na zona norte da cidade do Natal. A migração para zona urbana aconteceu após série de abalos sísmicos no município de João Câmara na década de 1980.

Neste trabalho, apesar de realizarmos estudo etnográfico com o povo Mendonça, nos ateremos a comunidade de Santa Terezinha, que possuem a página no *Facebook*. Dentre todas as outras comunidades esta é a única que optou por esse espaço, apesar das outras terem também experiência com o universo digital mas de maneira diferente.

Nossa imersão na comunidade começou em abril de 2018 e estivemos na localidade em diferentes momentos. Realizamos entrevistas com o moderador da página e com alguns membros da comunidade, onde fizemos levantamento de dados.

Durante as idas à comunidade, os indígenas relataram insatisfação sobre quando foram referenciados pela mídia tradicional. Membros da comunidade denunciaram que canais de rede televisão locais, ligados a Rede Globo e a Record, fizeram reportagens sobre atividades da comunidade, mas que não agradaram aos Mendonça devido ao conteúdo danoso à sua cultura e má interpretação dos costumes tradicionais do grupo.

A mídia esteve na comunidade para gravar reportagem sobre o trabalho que eles desenvolvem com a castanha. Essa é uma das principais atividades de sobrevivência do povo Mendonça. Indígenas abriram suas casas para entrada dos jornalistas e no dia da veiculação da conteúdo foram surpreendidos com a abordagem feita. Na veiculação o foco dado foi o de exploração do trabalho infantil e cuidados com a saúde. No entanto, ignoraram o trabalho da Associação da comunidade que busca conscientizar e alertar para o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s) e da frequência das crianças e jovens na escola.

Ademais, em virtude da falta de um canal de representação, a articulação indígena local decidiu em reunião pela criação de uma página no *Facebook*, com o intuito de propiciar visibilidade as ações que são desenvolvidas pela comunidade. Essas reuniões acontecem sempre que necessário e/ou pelo menos uma vez por mês. Os Mendonças se reúnem na casa do cacique e neste encontro recebem informações sobre o movimento indígena local e nacional, são alertados sobre acontecimentos gerais da comunidade, além de tratarem de outros assuntos importantes de interesse comum de todos.

Nesta página, seria necessário eleger um representante para gerenciar o conteúdo. A escolha do moderador seguiu a organização política do local. O cacique, representante de Santa Terezinha, o pedagogo Dioclécio Costa, que tem atualmente 25 anos de idade, foi designado para administrar e postar conteúdo na plataforma.

O cacique relata que desde a criação do espaço de interação na rede social, em 29 de Outubro de 2017, a ferramenta se mostra útil na medida em que recebe constantemente mensagens do público, em geral com perguntas e dúvidas sobre os costumes do povo Mendonça.

Dioclécio Costa, por ser cacique, representa a comunidade em audiências públicas, eventos e demais atividades, onde se exige uma correspondência de todo o grupo. Sendo assim, na ambiência virtual o moderador continuou sua atividade de buscar representar os moradores de Santa Terezinha.

Além disso, o cacique relata que a página tem ganhado inúmeras curtidas e apoio de pessoas de outros movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento Sem Terra, a União dos Jovens Comunistas e políticos que colaboram com a questão indígena. Nesse sentido, a avaliação que o moderador faz da rede social é positiva, pois a ferramenta tem sido essencial para dar popularidade ao grupo.

Nesse sentido, Recuero (2009) falando sobre visibilidade em redes sociais constata que se trata de um valor primário da presença nas redes sociais.

Os sites de redes sociais permitem aos atores sociais estar mais conectados. Isso significa que há um aumento da *visibilidade social* desses nós. A visibilidade é constituída enquanto um valor porque proporciona que os nós sejam mais visíveis na rede. Com isso, um determinado nó pode amplificar os valores que são obtidos através dessas conexões, tais como o suporte social e as informações. Quanto mais conectado está o nó, maiores as chances de que ele receba determinados tipos de informação que estão circulando na rede e de obter suporte social quando solicitar. (RECUERO, 2009, p.108).

Sendo um valor primário, outros valores advém a partir da performance que o indivíduo ou grupo realiza nas redes sociais. Recuero (2009) alerta que a forma como o ator, grupo ou organização promove sua visibilidade na rede irá determinar que tipo de valores surgirão para o grupo.

A respeito da performance que realizam nas redes sociais, fizemos um monitoramento sobre os principais assuntos abordados na página do *Facebook e* percebemos que predominantemente as postagens dão conta de divulgar as reuniões da comunidade. Nessas postagens são colocadas fotos dos encontros e no texto das publicações é divulgada a pauta com as deliberações da comunidade.

Além disso, há postagens sobre reuniões das lideranças indígenas no diretório regional da FUNAI, replicação de postagens de páginas nacionais sobre a temática indígena – o que demonstra que com as redes sociais os indígenas conseguem se articular na virtualidade com seus pares –, demonstra a participação do cacique em plenárias (a *selfie* ou autorretrato adquire função política, pois mostra os lugares que o cacique se encontra na luta por direitos) e revela a articulação do cacique com outras lideranças indígenas do estado do Rio Grande do Norte.

Observamos, também, a utilização dos recursos disponíveis pelo *Facebook* sendo utilizados pelo cacique. A entrada ao vivo nos atos em que participa, a utilização de vídeos na página, criação de álbuns e compartilhamento de conteúdo de páginas do movimento indígena são exemplos do uso da ferramenta e aproveitamento dos potenciais.

Interessante notar que as entradas ao vivo pelo cacique são sempre em aberturas de eventos, onde muitas vezes está acontecendo o Toré – ritual dos povos indígenas onde as canções invocam o deus tupã e palavras de agradecimento a natureza. A vontade de mostrar a cultura do seu povo é um elemento notório nas análises das postagens do cacique Dioclécio.

Geralmente, as pessoas entram em contato por meio da página com curiosidade sobre os costumes dos Mendonça e isso acaba incutindo na questão do imaginário estereotipado da identidade indígena. Os Mendonças relataram, durante imersão no campo, que há uma coerção social para que eles se mantenham dentro de um padrão estereotipado de índio que não corresponde ao real.

Dessa forma, o cacique que administra a página busca engajar o debate sobre a identidade indígena contemporânea. Segundo ele, o que falta para sociedade é informação e diz que mesmo tendo passado mais de quinhentos anos o imaginário de um índio com cabelo liso, andando nu é ainda muito presente. No entanto, alerta que a articulação de seus parentes está firme e forte para combater o preconceito que a sociedade tem.

Nessa perspectiva, durante o 5º Ciclo de Estudos e Debates em Etnologia Indígena da UFRN[[6]](#footnote-7), o qual teve como tema “Os direitos indígenas e a Constituição Federal de 1988: 30 anos depois”, houve um debate sobre a questão da identidade deste grupo. Povos originários do estado do Rio Grande do Norte estiveram presentes nas atividades do evento e apontaram a dificuldade em serem reconhecidos enquanto índios por não corresponderem mais ao estereótipo coercitivamente cobrado socialmente.

MELATTI (2014, p. 32) explica que alguns critérios foram estabelecidos para distinguir os indígenas das demais populações. Os critérios são: “o racial, o legal, o cultural, o de desenvolvimento econômico e o de auto identificação étnica”. Mesmo com escopo da lei, o entendimento de grupos enquanto indígenas provoca discussões. A questão da identidade étnica do povo Mendonça, a origem, as migrações e os aspectos da cultura foram trabalhos em estudo etnográfico por Galhardo (2017).

Em outro recente estudo, ainda não publicado, traçamos um paralelo entre a sociologia dos sistemas de sinais, abordada por Raymond Williams, e a questão da identidade indígena contemporânea. Neste trabalho, resumimos o que Williams (1992) diz acerca do sistema de sinais que corresponde a pistas serem necessárias para que as pessoas encarem o fato como real.

Neste sentido, citamos o exemplotrazido pela sessão Planeta Bizarro do site G1, da Rede Globo, que traz a notícia de que um jovem, durante visita ao Museu de Arte Moderna, no Estado da Califórnia (EUA), ao se questionar sobre algumas obras expostas, e discutir o possível enquadramento no conceito de arte, decidiu colocar um óculos no chão para confundir outros visitantes. O experimento funcionou. Um homem chegou a se ajoelhar para fotografar os óculos e outras pessoas confundiram o objeto como sendo parte das obras de artes presentes no museu.

Refletimos e buscamos fazer esta discussão tendo como base a questão da identidade indígena. As pessoas cobram por esses sinais para que os indígenas sejam reconhecidos como tal. Os relatos dão conta de que há uma coerção para que eles se mantenham como que afastados da realidade atual. Um dos relatos mais curiosos, é de que em um dos atos da articulação indígena Dioclécio foi solicitado para que retirasse o boné que estava utilizando para ficar “mais indígena”. O cacique recusou o pedido informando que não precisa retirar ou acrescentar adereços para se tornar aquilo que é. A foto não foi realizada.

Os sinais nos auxiliam e fornecem direcionamento para nosso entendimento sobre algo, mas acaba gerando uma necessidade em que eles sempre existam para que dotemos de relevância aquilo que nos é apresentado. Assim, acabamos produzindo invisibilidades e enquadramos certas manifestações como irrelevantes ou inexistentes, apenas, pela ausência desses sinais. Dessa forma, ampliamos o pensamento abissal, tendo em vista que estaremos trabalhando nessa lógica.

Abordando dados quantitativos[[7]](#footnote-8) temos que: a página atualmente conta com apenas 306 curtidas e 307 seguidores – um seguidor não apertou o botão de seguir mas acompanha a página –, apesar do número pouco expressivo o cacique avalia positivamente a existência do canal para disseminação de notícias. Atualmente, 596 fotos foram postadas por meio de *smartphone* (geralmente as postagens são feitas diretas dos eventos que o cacique participa) e há 98 fotos em um álbum que correspondem ao Encontro de Jovens Indígenas do Estado (EJIRN), que aconteceu em Santa Terezinha. Estive nesse encontro que foi realizado entre os dias de 01 a 03 de agosto de 2018.

Não há um quantitativo de postagens padrão na página, os números variam conforme a disponibilidade do cacique em postar. Em janeiro de 2018 foram feitas oito publicações e em dezembro de 2017 apenas quatro. Até o momento da entrevista nenhum membro da comunidade sugeriu postagem. Acontece apenas das pessoas cobrarem ao cacique determinadas postagens, onde foram feitas fotos. Com essa informação percebemos que os indígenas sentem apreço em aparecer na página.

Além disso, sete vídeos foram postados, sendo: o primeiro mostra o Toré na abertura oficial de um evento na comunidade de Sagi, localizada no RN; o segundo registra a fala do cacique na IV conferência de igualdade racial, onde fez fala sobre a questão da educação indígena; no terceiro vídeo visualizamos a abertura de mais um dia de trabalho da conferência de igualdade racial; no quarto vídeo a fala da Tayse Campos, liderança da comunidade Amarelão fala sobre a questão indígenas em audiência com o poder executivo; no quinto vídeo vemos a participação das lideranças indígenas do estado do RN no Acampamento Terra Livre (ATL), que acontece em Brasília; e, por fim, no último vídeo vemos trechos da reunião que aconteceu na comunidade de Santa Terezinha.

Deixaram publicações públicas no Facebook um indígena que reside em São Paulo apontado a curiosidade em conhecer o povo Mendonça e outro do estado do Ceará mandou mensagem de apoio na luta do movimento. Assim, vemos que a existência no ciberespaço pode servir como mecanismo facilitador de articulação de indígenas de diferentes comunidades do país.

O uso de redes sociais e demais recursos tecnológicos tem sido cada vez mais notórios por indígenas. Guerra (2008), por exemplo, realizou pesquisa onde buscou observar a dimensão da influência da mídia nos comportamentos das comunidades indígenas de oito estados brasileiros. Após coleta de dados, perguntando quais são os meios de comunicação utilizados pelos membros das comunidades, o autor quebra o mito de que todos índios são sujeitos que vivem em completo isolamento. Observe:

Mas quais são esses meios de comunicação? O rádio foi citado 26 vezes e só 14 disseram que acompanham as notícias pelo jornal. A grande maioria está concentrada na TV: 137. Importante ressaltar, também, que cinco desses jogadores informaram que seu contato com a informação é pela internet. Além de acabar, definitivamente, com a ideia pré-estabelecida de que os índios vivem no mato, isolados, com contato restrito a civilização, os dados demonstram o rompimento de todas as barreiras de comunicação e reforçam a curiosidade sobre até que ponto, esse contato interfere na cultura, hábitos e reações ao que vêem na mídia. (GUERRA, 2008, p. 168).

Vimos que Guerra (2008) constatou uma aproximação salutar dos índios com a mídia. A observação das redes sociais nos fez despertar para presença dos índios, também, nesse espaço e isso nos motivou a desenvolver estudos com essa temática.

Em entrevista, Dioclécio Costa relembra os momentos de dificuldade com a internet. Para acessar o ciberespaço, isso por volta de 2008 onde a internet já era comum nas zonas urbanas, o cacique e as outras pessoas da comunidade tinham de ir até a cidade mais próxima, João Câmara/RN, onde era cobrado um valor caro para um serviço de pouca qualidade.

O uso de celulares *smartphones*, que permitem o acesso a internet, só começou a ser mais evidente nos anos de 2011. O desligamento dos telefones públicos, também conhecidos como orelhões, as facilidades em adquirir o dispositivo móvel digital e o trabalho da mídia em apontar o celular como uma necessidade são os principais motivos apontados pelo cacique para que haja uma adesão a esse dispositivo tecnológico.

Hoje, até mesmo os anúncios de reuniões dos membros da associação da comunidade de Santa Terezinha são feitos pelo *whatsapp*, aplicativo de mensagens instantâneas via internet. Dioclécio conta que muitos membros tem dificuldades com a leitura e que por isso faz os comunicados via áudio. Apesar das dificuldades das pessoas da comunidade com os telefones mais modernos o uso da ferramenta atende as necessidades.

Neste contexto de dificuldades com a internet, Dioclécio diz ainda que notícias sobre as outras comunidades indígenas do estado era muito complicado o que provocava uma dificuldade na articulação. Hoje, essa articulação existe e é bem atuante.

Mesmo observando o *Facebook* de uma maneira positiva, o cacique tem uma visão crítica da ferramenta. Dioclécio lembra das eleições e afirma ter sido um canal de disseminação de *fake news* (notícias falsas) e que a rede social deveria ser mais criteriosa e ter um controle maior sobre as informações que circulam no espaço virtual. Além disso, diz que é um espaço importante que deve existir, mas que as postagens não podem ser isoladas do movimento que acontece no mundo atômico.

Investigar a página da comunidade indígena de Santa Terezinha nos fez perceber a forma de utilização da rede por parte deste grupo. O caráter contra-hegemônico, de resistência, de ativismo, de auto-promoção são observados no decorrer das postagens. Estas características são a tônica da existência do grupo no espaço virtual.

**Considerações finais**

Consideramos que as nossas inquietações foram respondidas, tendo em vista que conseguimos entender as necessidades e os objetivos da entrada dos membros de Santa Terezinha no espaço virtual. Além de entendermos os anseios do cacique quanto as postagens que têm efetividado no *Facebook.*

A comunidade indígena tem uma hierarquia e uma organização social diferente das zonas urbanas. Eles possuem a figura do cacique que busca representar a comunidade na luta por direitos. Entender isso é importante para que se perceba a naturalidade do processo de ser ele o administrador de conteúdo e gerenciador da página. Por isso, não cabe questionamentos quanto a sua função representativa dentro da ambiência virtual.

Apesar dos baixos números de seguidores e interatividades na página de Santa Terezinha, se compararmos a outras páginas de comunidades indígenas do Brasil, algumas publicações não passam de cinco reações, é possível perceber que a plataforma ativa possibilita maior amplitude as ações que acontecem na comunidade. Além dos outros apontamentos que fizemos na análise.

No entanto, há postagens que atingem maior envolvimento como por exemplo uma onde lideranças indígenas do Estado do Rio grande do Norte, protocolaram uma ação civil pública no Ministério Público Federal contra às medidas arbitrárias que afetam diretamente a constituição federal e os direitos dos povos indígenas que obteve até o momento 51 reações e 32 compartilhamentos.

No *Facebook*  é possível patrocinar postagens, mas o cacique informou que nunca investiu dinheiro na ferramenta, para fazer com que o conteúdo tenha maior envolvimento entre os usuários da plataforma.

O diálogo entre as Epistemologias do Sul, o pensamento abissal e as redes sociais, focalizando os indígenas como atores de articulação desses espaços, formam o núcleo de nossa observação. Entendemos que as ferramentas digitais têm funcionado como rupturas do abissal a partir do momento em que a articulação do grupo consegue ampliar o diálogo com “o outro lado da linha”, permitindo que as vozes do abissal se manifestem. Observamos que a virtualidade enquanto ferramenta para propiciar visibilidade, acaba sendo, ainda, um recurso para o ativismo destes povos suprimidos historicamente por forças de dominação.

A página do *Facebook* da comunidade indígena de Santa Terezinha corresponde a contra hegemonia se tomarmos como parâmetro comparativo a mídia tradicional que, segundo os próprios Mendonças, prestaram desserviço ao grupo.

Consideramos o trabalho frutífero para os estudos em Comunicação, tendo em vista que observamos o uso das redes sociais por parte da realidade indígena e com foco na contra-hegemonia. O estudo, também, é importante para a Sociologia na medida em que fazemos reflexões sobre conceitos advindos da teoria do professor Boaventura de Sousa Santos apontando, inclusive, novas formulações a partir das suas teses. Além disso, este trabalho tem a pretensão de ser direcionado aos estudiosos da temática e aos indígenas que buscarem entender nossas contribuições, análises e resultados.

O caminho até aqui investigado corresponde à imersão em campo e ao atrelamento com arcabouço teórico. Não se tem a pretensão de esgotar o que foi examinado até o presente momento, haja vista que as discussões estão em processo de reflexão. Novas concepções poderão ser formuladas, por meio da concatenação de novas leituras e novas vivências na empiria.

**Palavras-chave:** Ciberespaço; Visibilidades; Povos originários; Abissal; Redes sociais.

**Referências**

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade**.** In: DUARTE, jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2 ed. 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo**.** In: DUARTE, jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2 ed. 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

GALHARDO, Jussara. **Mendonça do Amarelão:** origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica. Coleção Matipoa – Vol. 1/ João Pessoa: Ideia, 2017.

GUERRA, Márcio de Oliveira. A tradição Indígena Impregnada de Tecnologia. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique dos, (org). **Comunidade e Contra-hegemonia:** Rotas de Comunicação Alternativa. Rio de Janeiro: Manuad X: FAPERJ, 2008.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil.** 9 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

SAMUEL MATEUS. A Etnografia da Comunicação. **Antropológicas.** Portugal, n. 13, v. 1, p. 84-89, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVERSTONE, Roger.**Por que estudar a mídia?** 3 ed. São Paulo: Loyola,2011.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

1. Artigo apresentado ao Eixo Temático 12: Resistência e pluralismo nas redes, do XI Simpósio Nacional da ABCiber. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. [↑](#footnote-ref-2)
2. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da UFRN, bolsista CAPES e bacharelado em Comunicação Social – habilitação em jornalismo (UFRN). E-mail: franciscorochajorn@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)
3. Professor Associado I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Pós-doutor em Ciências Sociais (University of Cambridge). E-mail: gsfz@hotmail.com [↑](#footnote-ref-4)
4. Comunidade indígena localizada no município de João Câmara, no Rio Grande do Norte, onde reside o povo Mendonça. [↑](#footnote-ref-5)
5. https://bit.ly/2CQwZni [↑](#footnote-ref-6)
6. Evento realizado na UFRN pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, entre os dias de 28 a 30 de maio de 2018. [↑](#footnote-ref-7)
7. Dados coletados na página da comunidade de Santa Terezinha, no facebook, no dia 31/01/2019, às 21:36 [↑](#footnote-ref-8)